



Comunicando Saberes, Construindo Identidades: Um Caminho para Mudanças Sociais¹

Juliana Couto Fazio de A. Lira²

Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida³

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Resumo

Jovens de quatro municípios da Zona da Mata Pernambucana participaram de um Curso de Formação de Agentes de Desenvolvimento da Comunicação (ADC). Nossa pesquisa se propõe a analisar os impactos desse curso na formação identitária dos jovens egressos através de suas histórias de vida. Neste artigo vamos refletir sobre como as identidades em formação desses jovens estão, ou não, proporcionando mudanças pessoais e sociais e como essas mudanças podem abrir um caminho para o desenvolvimento local.

Palavras-chave: Juventude; identidade; comunicação; desenvolvimento local

Este trabalho faz parte de uma pesquisa maior, cujo objetivo é analisar os impactos do curso de ADC (Agentes de Desenvolvimento da Comunicação) na formação identitária dos jovens egressos, através de suas histórias de vida. Essa pesquisa está sendo desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (UFRPE), sob orientação da professora Dra. Maria das Graças Ataíde.

Para este artigo, propomos uma reflexão sobre a relação entre a construção identitária dos jovens egressos do curso de ADC (Agentes de Desenvolvimento da Comunicação) e a possibilidade de desenvolvimento local na região da Bacia do Goitá. Essa região é composta por quatro municípios, banhados pelo rio Goitá, são eles: Glória

¹ Trabalho apresentado ao GP Comunicação e Desenvolvimento Regional e Local, evento componente do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local da UFRPE. Juliana.fazio@uol.com.br

³ Orientadora Professora Dra. M,ária das Graças Andrade Ataíde de Almeida. UFRPE. Ataíde@hotmail.com.br



do Goitá, Lagoa de Itaenga, Feira Nova e Pombos, todos na Zona da Mata em Pernambuco.

Os municípios rurais são um espaço de transição entre o mundo rural e o mundo urbano, como nos esclarece Wanderley (2007):

As pequenas cidades fazem parte do mundo rural: elas são, também, frequentemente, um espaço marcado pela particular vinculação com a natureza e pelas relações sociais de interconhecimento, exercem as funções de organização, gestão e representação do conjunto de sua área de influência, e ainda, constituem um dos elos de integração do mundo rural com o sistema mais geral das cidades. (WANDERLEY, 2007, p. 22)

Esse espaço de transição, na “interseção de dois códigos de relações sociais” (CARNEIRO, 2007, p. 57) reflete na forma como os jovens pensam e organizam suas próprias vidas.

Sendo assim, a classificação do mundo rural como sendo predominantemente agrícola, perde o sentido, pois, é uma explicação economicista que reduz o meio rural a um modo de produção. Além disso, o meio rural também está inserido na lógica da globalização, sob a racionalização urbano-industrial. Entretanto, é importante destacar que a “integração das aldeias à economia global (...) ao invés de diluir as diferenças (entre rural e urbano), pode propiciar o reforço de identidades apoiadas no pertencimento a uma localidade.” (CARNEIRO, 1998. P. 58).

A noção de localidade desenvolvida aqui se baseia na perspectiva relacional, ou seja, o local em relação ao global. Assim o conceito de “glocalidade” evidencia uma “interdependência entre os processos de desenvolvimento globais nos âmbitos cultural, social, econômico e político e nossas vidas cotidianas integradas localmente” (TUFTE, 2010). Neste sentido, utilizamos o conceito de “glocalidade” para nos aproximarmos do que tem sido discutido em torno de “novas ruralidades”. Dito de outra forma, a integração entre o mundo globalizado e as localidades (no caso desta pesquisa os municípios rurais)

engendra redefinições ou reelaborações de práticas e códigos culturais a partir da relação de alteridade com o que é reconhecido como ‘de fora’, de maneira a poder consolidar a identidade local com base no sentimento de pertencimento a uma dada localidade.” (CARNEIRO, 1998, p. 72).

A partir dessa perspectiva, levantamos algumas questões: Que lugares os jovens ocupam nesses novos contextos? Ao se formarem como agentes de desenvolvimento da comunicação (ADC), que compromissos assumem com a comunidade que vivem?



Para esclarecermos essas questões verificamos inicialmente o que se tem discutido sobre juventude. Para a UNESCO, assim como para o IBGE, ser jovem significa estar na faixa etária entre 15 e 24 anos, o que estabelece um “limite mínimo de entrada no mundo do trabalho e limite máximo de término da escolarização formal básica” (TRINDADE DOS SANTOS, 2007). Para Bourdieu (1983) as divisões sociais de classe são mais fundamentais que a questão geracional, ou seja “juventude não é mais que uma palavra”, o que importa é o habitus que o jovem faz parte. (BOURDIEU apud Tavares, 2009, p.32). A partir dessa lógica, Castro (2007:134) levanta a possibilidade de se trabalhar juventude como uma “categoria transversal (...) que está imersa nas configurações que envolvem classe social, etnia, gênero (...) apontamos para uma categoria diversa, mas que se identifica a partir das palavras jovem ou juventude” Essa concepção é muito fecunda para discutir o significado de juventude, ou, a identidade dessa “categoria” com o propósito de mudar o enfoque de políticas públicas de juventude, que geralmente trata o jovem como alvo das ações e não como atores. Para as reflexões deste artigo interessa-nos a compreensão dos processos de construção identitária que os jovens egressos do curso de ADC (Agentes de Desenvolvimento da Comunicação) estão vivendo. A concepção que adotamos está em concordância com Wanderley (2007) que considera juventude como uma fase de transição culturalmente determinada, ou seja, o final dessa fase pode ser determinado por uma multiplicidade de referenciais, como: saída da casa paterna, término dos estudos, casamento, etc.

Os jovens da pesquisa em questão vivem uma situação “transitória efetiva”. No sentido de que são vistos como fazendo parte de um período de transição para fase adulta; vivem em pequenos municípios rurais que chamamos aqui de espaços “glociais”; e, por fim, convivem no seu cotidiano situações em que transitam entre as relações de interconhecimento e sofrem as dinâmicas dos “de fora”, seja através da mobilidade física ou virtual. Martin-Barbero, em entrevista a Tufte (2010), reflete sobre a situação do jovem hoje.

A juventude, pela primeira vez na história” encontrou “um espaço para si mesma na qualidade de ator social, negociando ativamente suas próprias vidas em uma realidade glocal e, ao mesmo tempo, vivendo esta oportunidade em uma época de mudanças radicais, de transformações globais, mas também de ideologias fragmentadas e ciclos e trajetórias de vida menos fixas. (p.67)

Essas transformações e sentimentos de viver em transitoriedade, muitas vezes, nos remete à ideia de “crise”, é muito comum ouvirmos “crise do mundo rural, crise



existencial, crise psicológica, crise de identidade.” Não que sejam todas iguais, mas decorrem da mesma fonte: a ruptura do paradigma moderno (DUBAR,2006). Segundo esse autor, a ideia de crise se fundamenta na ruptura com os mitos da modernidade, como do progresso, da ciência e da democracia formal; isso abalou as estruturas familiares, políticas, de trabalho, religiosas, etc. Esse novo contexto de incertezas põe em pauta a questão da identidade. A identidade pessoal passa a ser um construto do próprio indivíduo, e não mais uma identidade herdada ou institucionalizada (idem, p. 143).

Dito de outra forma, a crise das identidades é uma crise das formas comunitárias do laço social. De acordo com Dubar (2006), as formas comunitárias, aquelas que identificam o indivíduo a partir do seu grupo de pertença, a partir da formação de “comunidades” entendidas como “sistemas de lugares e de nomes predeterminados aos indivíduos que se reproduzem de forma idêntica através das gerações” (idem). Bem, essa forma comunitária, que pressupunha uma identidade coletiva (política, religiosa, profissional) vem sendo substituída por formas identitárias societárias que emergem das “novas forças produtivas, da extensão das relações mercantis, da expansão mundial do mercado.” (DUBAR, 2006, p.189) e, acrescentaríamos, das novas tecnologias da comunicação. Essas formas societárias consideram o indivíduo com múltiplas pertenças que podem mudar ao longo de uma vida.(idem) Essa passagem de formas identitárias comunitárias para formas identitárias societárias representa uma crise por que, ao mesmo tempo que

é produto da destruição dos laços comunitários através do desemprego, a mobilidade forçada e a concorrência generalizada, ela está na origem dos dramas coletivos e das crises pessoais. Mas ela representa também uma oportunidade de emancipação, uma maneira de se libertar dos laços da dominação masculina, da influência das submissões de ordem genealógica e da submissão às tradições impostas.(DUBAR, 2006,p.189)

O autor alerta ainda que, não se trata do triunfo da identidade pessoal sobre a identidade coletiva porque “não existe identidade do Eu sem identidade do Nós” (ELIAS apud Dubar,2006,p.188). É essa perspectiva, que vai nos ajudar a entender as questões colocadas acima sobre, o lugar que os jovens ocupam e sobre os compromissos que assumem na comunidade que vivem. A partir da elaboração discursiva que o jovem faz dessa dinâmica, poderemos perceber como eles constroem suas identidades. A identidade pessoal deve ser entendida como a identidade de um sujeito em



aprendizagem, ou seja, está sempre em mudança, nunca se completa. E o momento de crise se dá quando esse sujeito em aprendizagem começa a romper com uma forma identitária comunitária e através da sua experiência, da sua reflexividade começa a perceber-se individualizado dentro de uma forma societária. Esta forma societária significa uma “revolução das formas do laço social, das relações pessoais, das significações simbólicas” (DUBAR,2006,p.189).

Atualmente, a juventude vive num momento histórico de “crise da identidade comunitário”, as identidades herdadas, ou impostas, como as “identidades de ofício” (DUBAR,2006) não correspondem a multiplicidade de referenciais simbólicos que esses jovens experimentam. As identidades de ofício são uma classificação mais objetiva que corresponde a um campo de práticas, é uma categoria de pertença profissional, mas há também, outras dimensões como religiosa, política, familiar, que precisam ser consideradas. Temos visto nas entrevistas que a categoria socioprofissional de agricultor é considerada mal reconhecida e penosa. A representação que os jovens fazem do campo é mais negativa que positiva e “de acordo com Champagne, as representações dos jovens resultam da socialização e refletem a visão de mundo e a concepção da profissão dos pais, bem como sua concepção mais ou menos pessimista das perspectivas futuras.” (BRUMER, 2007,p.37). Os jovens ADCs só fazem uma avaliação negativa em relação ao emprego.

As representações são o cerne do processo de construção identitária porque incluem “as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeitos”(WOODWARD,2000,p.17).

Em relação a formação de sujeitos vimos que isso implica em, além de recusar a submissão, “entrar voluntariamente em ações coletivas susceptíveis de melhorar o seu próprio destino e o dos outros mais desfavorecidos .” (DUBAR,2006, p.190). Dessa forma, ao se constituir sujeito, ou melhor “sujeito em aprendizagem também se tornam atores sociais através de compromissos em formas de ação que eles querem poder inflectir, discutir, controlar.”(idem) O curso de Formação de ADC proporcionou a formação de sujeitos atores, porém as ações coletivas foram mais efetivas enquanto durou o curso.

Diante da proposta do Curso de Formação de Agentes de Desenvolvimento da Comunicação (ADC) em formar “agentes”, entendemos como formação de atores sociais, ou sujeitos atores capazes de se organizar. Segundo Castells(2008) essa organização de sujeitos caracteriza uma “identidade de projeto”, na qual há formação de



sujeitos organizados a partir de resistências comunais para reafirmar uma identidade (no nosso caso) local. De acordo com essa perspectiva, a afirmação de uma identidade territorial, que não é determinada pelo espaço físico *per se*, necessita de mobilização social. Castells (2008) realizou uma pesquisa sobre identidades territoriais na sociologia urbana e inferiu que os movimentos sociais urbanos teriam como meta melhorar as condições de vida e o consumo coletivo; afirmar uma identidade cultural local e conquistar autonomia política local e participação cidadã. O fato de ter desenvolvido sua pesquisa na área da Sociologia Urbana não exclui a possibilidade de trabalharmos com sua teoria, pois na luta contra a homogeneidade globalizante e perda das referências clássicas, a população volta-se para sua “fonte mais imediata de auto-reconhecimento e organização autônoma: seu próprio território.” (CASTELLS, 2008, p.80) Seja ele urbano ou rural. Sendo assim, afirma Castells:

as comunidades locais, construídas por meio de ação coletiva e preservadas pela memória coletiva, constituem fontes específicas de identidades. Essas identidades, no entanto, consistem em reações defensivas contra as condições impostas pela desordem global e pelas transformações, incontroláveis e em ritmo acelerado. Elas constroem abrigos, mas não paraísos. (2008,p.84)

Entretanto, a formação dos ADCs, apesar de vislumbrar a formação de sujeitos atores, não nos parece lutar contra os processos de globalização numa perspectiva crítica, que fundamenta a maioria dos movimentos de resistência, que poderia formar “identidades de projeto” como afirma Castells (2008). Ao invés disso, utilizam mecanismos globalizantes, como os meios de comunicação para se incluírem, para saírem da invisibilidade. Ou seja, a comunicação é utilizada como “instrumento estratégico, processo social e recurso simbólico na articulação das pessoas na mudança social” (TUFTE,2010). A partir disso, optamos por uma orientação de estudo que revele uma

perspectiva cotidiana sobre os jovens, a comunicação e a mudança social (...) estudos etnográficos sobre os jovens que não são particularmente eloquentes, críticos, ou ativos(...) mas os quais parecem obter percepções profundas das subjetividades em elaboração e das identidades sendo negociadas. (TUFTE,2010,p.55)

Essa perspectiva será aprofundada a partir de uma abordagem qualitativa, e uma orientação teórico-metodológica de histórias de vida, pois essas permitem

captar a visão subjetiva com a qual um mesmo ser vê a si e ao mundo (...) Essa visão subjetiva revela a negociação que toda vida requer entre as tendências repressivas da pessoa e as

exigências da racionalidade para acomodar-se ao mundo exterior” (RUIZ,apud Gonzaga,2006).

Essa abordagem se mostra eficaz num duplo sentido: primeiro porque é uma metodologia que possibilita ao pesquisador investigar aspectos subjetivos da realidade pesquisada através das experiências vividas e relatadas; e segundo porque dá a oportunidade, aos jovens entrevistados, de ao narrarem suas vivências afirmarem suas identidades. “Não são as pessoas ‘em si’ que são classificadas mas as suas declarações, as suas respostas a uma pergunta sobre uma dimensão particular da sua vida, num determinado momento...”(DUBAR,2006,p.173).

Antes de continuarmos a discussão sobre a importância da fala para constituição da identidade numa dimensão de “narrativização do eu” (HALL,2009,p.109), é preciso esclarecermos alguns aspectos do nosso objeto de pesquisa.

O Curso de Formação de Agentes do Desenvolvimento da Comunicação (ADC), elaborado pelo GIRAL (Grupo de Informática, Comunicação e Ação Local), desenvolvido nos anos de 2008 e 2009, na região da Bacia do Goitá tinha como objetivo:

Qualificar jovens para formação de uma rede de comunicadores que possa mobilizar diretamente a população para enfrentamento às desigualdades sociais, mobilização social, atuação nas políticas públicas, articulação de parcerias e estratégias de desenvolvimento local. (Reis, 2008)

Para isso, os jovens desenvolviam as atividades em ciclos de aprendizagem de cidadania e oficinas técnicas em impresso, rádio, fotografia e audiovisual.



FONTE:Giral



FONTE: Giral

Na experiência do Curso de formação de ADC vimos que as oficinas técnicas de rádio, vídeo, impresso, estavam sempre vinculadas ao que eles chamaram de “Módulo de desenvolvimento pessoal e social”. Nesse módulo, os jovens discutiam sobre temas da realidade local, regional, nacional. Foram discutidos pontos que interferiam diretamente na realidade deles, como vida familiar, escolar e profissional. As atividades desenvolvidas nesse módulo evidenciaram divergências e a percepção das diferenças



que de acordo com os alunos foi fundamental para que aprendessem a “fazer trabalhos em grupo”. Segundo o Relatório de prestação de contas do Giral, ao participarem desses módulos os jovens sentiam-se empoderados e ampliavam sua participação na vida comunitária, atuando nos conselhos, nas escolas, nas associações. No relato de algumas entrevistas com os jovens também encontramos entusiasmo ao se referirem à participação e interatividade com seu meio. Isso mostra que as práticas participativas são estimulantes porque:

[...] estão sustentadas por valores tais como identidade (reconhecimento de subjetividades, experiências históricas e ações compartilhadas), autonomia (expressão do imaginário de grupos comunitários e instituintes que são responsáveis por suas ações na medida em que seu agir emancipatório resulta de suas aspirações, de suas exigências e de suas experiências interativas), satisfação das necessidades fundamentais, participação democrática de base (...) e expressão cultural do novo... (RAMIREZ,2003, p.54)

Entretanto, no caso da maioria dos jovens ADCs, essa prática participativa foi mais efêmera, durou o tempo do Curso. Apenas, algumas iniciativas que se originaram no Projeto do Curso de ADC atuam até hoje, como é o caso dos programas de rádio como, “Tá ligado! De propósito! Mundo jovem!”; que vão ao ar nos sábados e têm uma proposta de interesse comunitário. Há também o jornal impresso JVC (Jornal Voz da Comunidade) dirigido à comunidade.

Durante o ano de 2010 o Giral veio tentando manter esses jovens articulados seja através de encontros para discussão de uma formação cidadã, ou para mobilizações, passeatas em prol da juventude ou dos direitos humanos, ou ainda através de eventos, realizados pelo próprio Giral, pela prefeitura, ou por comerciantes locais, para prestarem serviço de filmagem, gravação de spot, entre outros. Em 2011, o Giral conseguiu aprovar, através de outra instituição financiadora, o projeto do Curso de formação de ADC(agentes de desenvolvimento da comunicação).

Em conversas iniciais, percebemos uma grande preocupação dos jovens com o emprego. Numa primeira análise isso se dá pelo fato dos jovens precisarem contribuir com a renda familiar desde muito cedo. Enquanto estão na escola, muitos recebem “bolsa escola”, que juntamente com a aposentadoria ou pensão de algum membro da família tornam-se a principal renda familiar. O jovem com mais de 19 anos, normalmente deixa de receber o “bolsa escola”, pois teoricamente conclui os estudos, então a família perde uma parte significativa de sua renda. Ao entrar no mundo do



trabalho, esse se torna, na perspectiva freiriana o principal espaço de aprendizagem para o jovem.

Assim, observamos que o Projeto de formação de ADCs cuja prática comunicacional tornou-se o mecanismo para um protagonismo juvenil, proporcionou a dessacralização dos meios de comunicação e os democratizou. Isso permitiu uma acessibilidade que modificou o cotidiano daquela região, pois a interação mais intensa com os processos de produção midiática possibilitou a abertura de um espaço de enfrentamentos políticos, sociais, culturais e de construção identitária. Como afirma Krauskopf (2010:40): “El mundo cibernético es parte de un cambio cultural que agudiza las diferencias y contribuye con nuevos códigos, condiciones y experiencias a los procesos de elaboración identitaria de las juventudes.” Em concordância com a autora temos visto que os meios de comunicação têm suas mensagens mediadas pela cultura local, ou seja, cada povo, cada cultura ressignifica aquelas mensagens, mas, ao mesmo tempo, os meios de comunicação são mediadores de um mundo “externo”, “de fora”.

Nessa perspectiva, conversamos com alguns jovens e percebemos que, para a maioria, o Curso de formação de ADC ensinou-os a “falar”, que antes eram muito tímidos, não sabiam se expressar, tinham receio de falar com algumas pessoas e receio de falar sobre algumas coisas. Sendo assim, concordamos que para esses jovens

aprender a falar de si torna-se um desafio essencial das relações societárias, tanto na esfera privada como na profissional ou pública. Não é apenas a aprendizagem de uma língua, mas sim de apropriar-se das linguagens e de aceder à sua própria expressão. (DUBAR,2006,p.191).

É a partir dessa dimensão, da identidade como construção narrativa, ou, como chama Dubar(2006) “identidades narrativas”, que vamos tentar compreender como a articulação entre formação identitária e comunicação podem contribuir com um processo de mudança social.

Entendemos mudanças sociais como melhorias nas condições de vida da população de uma determinada região. Melhorias de qualquer aspecto, político, religiosos, cultural, econômico etc., desde que sejam integradas às práticas da vida cotidiana.

Neste sentido poderíamos falar em desenvolvimento local, que tem se mostrado como uma estratégia de sobrevivência socioeconômica de localidades a partir de suas singularidades frente à força homogeneizante da globalização. Essa parece ser a



essência da discussão trazida por alguns teóricos, tais como: Prévost(1996) que afirma que o desenvolvimento local

É um processo de desenvolvimento alternativo, a partir de uma determinada localidade, sobre a qual se privilegia o potencial endógeno capaz de provocar mudanças que tratam o bem-estar social para aquela comunidade.

Esse autor especifica ainda que se trata de um “fenômeno humano” e não apenas econômico. Jara (1998) segue a mesma orientação ao afirmar que

é o desenvolvimento aplicado no âmbito espacial delimitado – o território municipal, a microrregião, o assentamento. Estamos falando de um desenvolvimento endógeno, ou seja, baseado no aproveitamento dos recursos, das oportunidades e das capacidades locais.” (pág. 72)

Ao falar em “potencial endógeno” e “desenvolvimento endógeno”, entendemos que pode ser uma referência tanto a capacidades humanas quanto a capacidades naturais do local. Em nossa pesquisa temos observado um desenvolvimento das capacidades humanas, porém, antes como um desenvolvimento de “sujeito em aprendizagem”, que um desenvolvimento que privilegie a qualificação profissional.

Nessa perspectiva uma compreensão sobre desenvolvimento local que parte da “mobilização de pequenos grupos no município, na comunidade, no bairro, na rua, a fim de resolver problemas imediatos ligados às questões de sobrevivência econômica, de democratização de decisões, de promoção de justiça social.” (SANTOS e CALLOU, 1996) tem contemplado melhor as questões encontradas na realidade observada.

Apesar de encontrarmos a qualificação profissional como um dos objetivos do curso de formação de ADC, estamos percebendo, nas falas dos jovens, que isso não foi o mais importante. O que nos leva a pensar em dois motivos: primeiro pela dificuldade de encontrar trabalho na área em que fizeram o curso; segundo porque ao falarem da experiência de construção de novos saberes na área da comunicação, associam essa vivência como um dispositivo de participação, conforme foi mencionado acima.

Compreender a comunicação como um dispositivo de participação sinaliza para a existência de empoderamento dos jovens na região. “O empoderamento tem duas dimensões uma pessoal no sentido de confiança, auto-estima, criatividade. E a dimensão social que é associada a ideia de participação e organização.” (SCAVINO,2003,p.46). Essa ação não é simples, nem harmoniosa e por isso faz parte de um processo de conquista e construção da cidadania. Oliveira (2002) corrobora com essa ideia quando afirma que “A luta pela cidadania é a forma mais moderna, contemporânea do conflito de classes. Porque é a luta pelos significados, pelo direito à fala e à política, que se faz



apropriando-se do léxico dos direitos.” *Significado* pode ser entendido aqui como a “identificação simbólica, por parte de um ator social, da finalidade da ação praticada por tal ator.” (CASTELLS,2008,p.23). Voltamos aqui a refletir sobre a importância da identidade para as mudanças sociais, isto é, se concordamos que a "luta pela cidadania é uma luta pelos significados” é porque entendemos que as identidades constituem fontes de significado.(idem)

Além de proporcionar um campo de disputas simbólicas, no sentido de construção da cidadania e afirmação identitária, a experiência comunicacional permitiu aos jovens maior desenvoltura nas relações sociais, sobretudo familiares, ampliou a participação do jovem na vida comunitária, criou outro universo de sonhos, no qual surge o desejo de permanecer no campo com dignidade, tornou-os mais críticos em relação a direitos e deveres e os habilitou a percorrer certos meandros burocráticos das instituições públicas.

Assim, observamos que os jovens deram um significado mais humanista que instrumental aos saberes comunicacionais. Nesta perspectiva concordamos com Gomes (2007) que defende a comunicação como direito humano, seguindo orientação freiriana de dialogicidade. Esse entendimento defende a ideia de que

Comunicar supõe, de um lado, aderir aos valores fundamentais da liberdade e da igualdade dos indivíduos e, do outro, a busca de uma ordem política democrática. Esses dois significados tem por consequência a valorização do conceito de comunicação em sua dimensão mais normativa, aquela que evoca o ideal de trocas, de compreensão e de partilhas múltiplas. (GOMES,207,p.30)

A construção de novos saberes proporcionado pelo curso de formação de ADC teve um impacto na vida pessoal dos jovens, na sua dimensão identitária, e na forma como esses jovens se relacionam na sua comunidade. Além disso, possibilitou a abertura de um “espaço de fala”, mesmo que temporário (nas oficinas), para maioria dos jovens, mas que contribuiu com uma formação de base de um processo emancipatório na região.



Referências

BRUMER, Anita. **A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade**. In: CARNEIRO, Maria José e CASTRO, Elisa Guaraná (orgs). Juventude rural em perspectiva. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CARNEIRO, Maria José. **Juventude e novas mentalidades no cenário rural**. In: CARNEIRO, Maria José e CASTRO, Elisa Guaraná (orgs). Juventude rural em perspectiva. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

----- **Ruralidade: novas identidades em construção**. In: Estudos, sociedade e agricultura. “O novo mundo rural, sustentabilidade e globalização.” Rio de Janeiro, UFRJ, n. 11, outubro, 1998.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Editora Paz e Terra, São Paulo, V. 2, 2008.
CASTRO, Elisa Guaraná e CARNEIRO, Maria José. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

DUBAR, Claude. **A crise das identidades** – a interpretação de uma mutação. Edições Aforamento. Porto, 2006.

GOMES, Raimunda Aline Lucena. **Comunicação como direito humano: um conceito em construção**. Dissertação apresentada ao PPGCOM, UFPE, 2007.

GONZAGA, Amarildo Menezes. **A pesquisa em educação: um desenho metodológico centrado na abordagem qualitativa**. In: PIMENTA, Selma, GHEDIN, Evandro, FRANCO, Maria Amélia (orgs). Pesquisa em educação – Alternativas investigativas com objetos complexos. São Paulo: Edições Loyola, 2006)

HALL, Stuart. **Quem precisa de identidade?** In: SILVA, Tomaz Tadeu da.(org) Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais. 9.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

JARA, Carlos. **A sustentabilidade do desenvolvimento local**. Brasília: Instituto Interamericano de cooperação para agricultura (IICA). Recife – Seplan, p.63-75, 1998.

KRAUSKOPF, Dina. **La condición juvenil contemporânea em la constitución identitaria**. In: Última Década n.33, CIDPA Valparaíso, 2010.

OLIVEIRA, Francisco. **Aproximações ao enigma: que quer dizer desenvolvimento local?** In: CASSIA-BAVA, VERONIKA, P. SPINK, P.(org.), *Novos contornos da gestão local: conceitos em construção*. São Paulo: Polis, Programa Gestão Pública e Cidadania/FGV-EAESP, 2002. 336p.



PRÉVOST, Paul. Le developpement local et les cooperatives. IRECUS, Université de Sherbrooke, 1996.

RAMIREZ, Janett. **Movimentos sociais**: lócus de uma educação para cidadania. In: CANDAU, Vera Maria; SCAVINO, Susana. (orgs). Educar em direitos humanos: construir democracia. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SANTOS, Maria Salett e CALLOU, Ângelo Fernandes Bras. **Desafios da comunicação rural em tempo de desenvolvimento local**. In: SIGNO: Revista de comunicação integrada. Ano II, Nº 3, setembro/1995.

SCAVINO, Susana. **Educação em direitos humanos e democracia**. In: CANDAU, Vera Maria, SCAVINO, Susana(orgs). Educar em direitos humanos: construir democracias. Rio de Janeiro: DPeA, 2003.

TAVARES, Maurício Antunes. **Caminhos cruzados, trajetórias entrelaçadas**. Tese de doutorado em Sociologia, UFPE, Recife, 2009.

TRINDADE DOS SANTOS, Ana Carolina. **Juventude rural e permanência no campo**: um estudo de caso sobre a juventude do assentamento rural Flor do Mucuri/SE. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPE, 2009.

TUFTE, Thomas. **Juventude, comunicação e mudança social**: negociação, navegação e narração da vida de jovens em uma realidade glocal. In: Revista brasileira de Ciências da Comunicação. São Paulo, v.33,n.2,p.51-69, jul/dez 2010. Disponível em www.revcom2.portcom.org.br. Acesso em 09/07/2011.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. **Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco**: que sonhos para o futuro. In: CARNEIRO, Maria José e CASTRO, Elisa Guaraná (orgs). Juventude rural em perspectiva. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença**: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da.(org) Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais. 9.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.